



**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2019/TCMPA, de 01 de agosto de 2019**

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO E CONTROLE DE MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS, A QUALQUER TÍTULO, REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, SOB A JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma dos **artigos 70, 71 e 75, da CF/88; art. 2º, II da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º do Ato nº. 16, de 17 de dezembro de 2013**, por intermédio desta Instrução Normativa, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis; e,

**CONSIDERANDO** a necessidade de se assegurar a máxima eficiência no acompanhamento e fiscalização das movimentações e operações financeiras, no âmbito municipal, com inequívoco aumento na qualidade, produtividade e uniformização das ações de orientação e Controle Externo desta Corte de Contas;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas no art. 74, IV e § 3º, do art. 164, da CF/88; art. 60 c/c art. 23, II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93; artigos 25 e 26, da Lei Complementar nº 101/2000; bem como os termos das Instruções Normativas nº 02/1996, 02/2011 e 01/2014, deste TCMPA;

**CONSIDERANDO** o entendimento quanto à impossibilidade de efetiva aferição do nexo de causalidade entre os valores dispendidos pela Administração Pública Municipal e as despesas alegadamente realizadas a quando do saque de cheques na "boca de caixa", o que representa entrave à necessária aferição de legalidade das despesas custeadas com recursos próprios;

**CONSIDERANDO**, ainda, a solicitação de providências encaminhada pelo Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção, do Ministério Público do Estado do Pará, em 10/07/2019, nos autos do Processo nº 201904822-00, em trabalho conjunto com este TCMPA, na busca de instrumentos de ampliação do controle externo e de transparência das contas públicas municipais.

**CONSIDERANDO**, por fim, a proposta de Instrução Normativa, apresentada pela **Conselheira MARA LÚCIA**, a qual restou aprovada por unanimidade, na sessão extraordinária realizada em **01/08/2019**, nos termos da Ata da Sessão;

**RESOLVE:**

**Aprovar a Instrução Normativa nº 001/2019/TCMPA, nos seguintes termos:**

**Art. 1º.** A realização da receita e da despesa pública, no âmbito da administração pública municipal, sob a jurisdição do TCMPA, será efetivada, obrigatoriamente, por via bancária.

**§ 1º.** A movimentação dos recursos públicos municipais será efetivada, preferencialmente, pelos meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, contendo, obrigatoriamente, a identificação de sua destinação e, no caso de pagamento, o credor/beneficiário.

**§ 2º.** Os pagamentos realizados por meio de cheques, obrigatoriamente nominais ao credor e cruzados, deverão conter no verso do cheque o número do empenho da despesa respectiva, devendo o Controle Interno ser comunicado sempre que o valor do mesmo ultrapassar a importância de 10% (dez por cento) do valor estabelecido na **alínea "a", do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/93**.

**§ 3º.** Fica vedada a utilização de cheque nominal ao próprio emitente para, após endosso, ser utilizado no pagamento a terceiros, sob quaisquer hipóteses, apurada como irregularidade material, nos autos da prestação de contas.



**§ 4º.** Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco do beneficiário do pagamento ou através de cheque nominal não cruzado, poderão ser realizados pagamentos a beneficiários finais pessoas físicas, que não possuam conta bancária, desde que vinculados ao serviço público e, ainda, ao pagamento de remuneração/subsídios e diárias, mediante requerimento formalizado documentalmente, junto ao respectivo ente da Administração Pública Municipal.

**§ 5º.** As Prefeituras, Câmaras e demais entidades instituídas e mantidas pelo erário municipal deverão manter controle individual e atualizado, das contas bancárias geridas, com identificação nominal das movimentações realizadas, datas, valores e referência das despesas custeadas.

**§ 6º.** A movimentação financeira dos recursos transferidos por órgãos e entidades da Administração Pública Federal aos Municípios, em decorrência de leis específicas deverão observar o disposto no Decreto Federal nº 7.507/2011.

**§ 7º.** Os responsáveis pela contabilidade, pelos serviços de tesouraria/financeiros e o Controle Interno zelarão pela fiscalização da não ocorrência de pagamentos em espécie, ou com cheques nominais ao sacador e por este endossado, que não se enquadrem nas características de despesas de pequena monta e pronto pagamento, realizadas por intermédio de adiantamentos ou suprimentos de fundos, nas hipóteses expressamente estabelecidas por legislação municipal.

**I -** o valor de cada pagamento considerado despesa de pequeno vulto não poderá ultrapassar o valor estabelecido na legislação municipal que rege a matéria, quando esta for omissa deverá ser observado o estabelecido nos artigos 45 a 47 do Decreto Federal nº 93.872/86 e ainda o parágrafo único, do artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, vedado o fracionamento de despesa ou do documento comprobatório.

**II -** será permitida a realização de saques apenas para os fins de realização de ações de investigação de surtos, epidemias e outras emergências em saúde pública, devidamente configurada, mediante o emprego de recursos financeiros transferidos do Fundo Nacional de Saúde para esta finalidade específica, nos termos da **Portaria nº 2707/2011**, do Ministério da Saúde.

**Art. 2º.** As movimentações dos recursos públicos movimentados através de Instituições Financeiras ou, excepcionalmente, alocadas na conta Caixa das Entidades da Administração Pública Municipal, sob a jurisdição do TCM PA, deverão ser vinculadas a documento específico contendo, obrigatoriamente:

**I - Para as Receitas:** data, nome do contribuinte, fonte e origem do recurso;

**II - Para as Despesas:** nº do empenho, da ordem de pagamento, dos cheques e/ou número do lançamento no livro caixa.

**Art. 3º.** As transferências voluntárias concedidas pelo Município sob o título de contribuição, subvenção social ou auxílio, serão registradas individualmente em contas de controle, realizando-se a baixa quando da prestação de contas à Entidade cedente, obedecida a legislação pertinente, em especial os **artigos 25 e 26, da Lei Complementar nº 101/2000 e IN nº 01/2014/TCMPA**.

**Parágrafo Único.** Para efetivação das movimentações financeiras previstas no caput, deste artigo, é obrigatória a utilização de transferência bancária eletrônica ou cheque nominal cruzado, vinculado à conta específica da entidade beneficiária, aberta exclusivamente para execução do objeto do ajuste firmado, a teor do previsto no **§1º, do art. 10, do Decreto Federal nº 6.170/2007**, aplicado analogicamente aos municípios.

**Art. 4º.** Os adiantamentos a servidores ou agentes públicos, para despesas de pequeno valor e de pronto pagamento, expressamente definidas da legislação local, serão contabilizados em contas de controle individuais, procedendo-se à respectiva baixa quando da prestação de contas.

**Art. 5º.** Relativamente às despesas com folhas de pagamento de servidores e empregados, caberá, ao ente municipal, a manutenção de arquivo específico, em meio magnético e impresso, das listagens com os valores transferidos para crédito na conta corrente bancária de seus servidores e empregados, em consistência com os registros contábeis dos empenhos da despesa das folhas de pagamento respectivas.



**Parágrafo Único.** As relações referidas no caput deverão conter o número do CPF do servidor ou empregado, os códigos da agência e do banco, o número da conta corrente bancária destinatária e o valor da remuneração creditada.

**Art. 6º.** Os recibos de pagamento e outros documentos comprobatórios de recebimento, inclusive notas de empenho, deverão conter elementos identificadores do recebedor, tais como o número do CPF (Cadastro de Pessoa Física), identidade, endereço comercial ou residencial, número de registro profissional, número de CGC (Pessoa Jurídica), etc.

**Art. 7º.** Aplicam-se, às despesas cujos pagamentos se efetivarem através de autorização de débito em conta corrente, no que couber, as regras instituídas nesta Instrução Normativa.

**Art. 8º.** É vedada, sob pena de glosa do crédito e imputação de responsabilidades, o recebimento, junto ao caixa ou tesouraria do município, de restituições ou multas fixadas por decisão deste TCMPA, as quais obrigatoriamente deverão ser realizadas por meio de depósito bancário identificado ou boleto bancário/DAM autenticado, vinculado à conta bancária do município.

**Art. 9º.** A movimentação financeira em caixa (receitas e despesas), gerida pelas tesourarias do Executivo e Legislativo, nos municípios, fica limitada, mensalmente, ao montante de **R\$ 16.000,00 (dezesesse mil reais)**.

**§ 1º.** Os municípios que não possuírem, em sua sede, agência ou posto bancário, terão o valor nominal, fixado no *caput*, deste artigo, ampliado em até 100% (cem por cento).

**§ 2º.** As movimentações financeiras que ultrapassarem o limite estabelecido nesta Instrução Normativa, independente das cominações e repercussões no julgamento das prestações de contas, serão imediatamente comunicadas ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

**Art. 10.** Independentemente do limite mensalmente fixado para movimentação em caixa, nos termos do **art. 9º e § 1º, desta IN**, fica mantido, com base no **art. 1º, da Instrução Normativa nº 02/2011/TCMPA**, o limite de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, do valor contido na "CONTA CAIXA", ao final de cada exercício financeiro, salvo situações devidamente justificadas e documentalmente comprovadas.

**Art. 11.** A comprovação dos saldos bancários e de caixa deverá ser feita quadrimestralmente, em conjunto com a Prestação de Contas, com a devida apresentação do documento de conciliação bancária, sem prejuízo do acompanhamento mensal, exercido pelo Controle Interno.

**Art. 12.** As Prefeituras, Câmaras e demais entidades municipais deverão manter em seus arquivos todos os extratos bancários mensais, em original e remeterão, por meio eletrônico, ao TCMPA, cópias dos mesmos, junto com a documentação quadrimestral, nos termos da **Resolução nº 002/2015/TCMPA**.

**Art. 13.** A não comprovação dos saldos bancários, através da conciliação entre os extratos mensais e os controles individuais das contas bancárias, implicará na restituição da diferença apurada, devidamente corrigida, ao erário municipal, pelo ordenador da despesa, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

**Art. 14.** O Município que dispuser de recursos não comprometidos e desejar fazer aplicação no mercado financeiro, poderá fazê-lo, desde que em estrita obediência às condições seguintes:

I - as aplicações somente poderão ser efetivadas através da rede bancária oficial, em consonância com o **§3º, do art. 164, da CF/88**;

II - o rendimento decorrente da aplicação financeira deverá ser contabilizado em harmonia com o extrato bancário da referida aplicação, em rubrica própria que evidencie o tipo de aplicação realizado pelo ente público e remetido o demonstrativo de Aplicação e Resgate Mensais, junto com a prestação de contas quadrimestral a que se refere ao TCMPA.



**Art. 15.** As Prefeituras, Câmaras e demais entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal remeterão quadrimestralmente ao Tribunal de Contas dos Municipais, em conjunto com a prestação de contas, a relação das contas bancárias que possuem, independentemente de serem movimentadas ou não.

**Art. 16.** O TCMPA determinará a apresentação dos documentos que comprovem o cumprimento das exigências contidas nesta Instrução Normativa, como condição prévia ao início de procedimentos de auditoria, caracterizando irregularidade material a inexistência ou insuficiência dos controles apresentados.

**Art. 17.** O descumprimento de quaisquer dos dispositivos, limites e regramentos de que tratam a presente Instrução Normativa implicará nas sanções previstas na legislação vigente.

**Art. 18.** Compete ao Tribunal Pleno dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias vinculadas às disposições fixadas nesta Instrução Normativa, nas hipóteses de municípios jurisdicionados que não possuam agência ou posto bancário em sua sede, mediante consulta formal dos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, na forma regimental.

**Art. 19.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 20.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 01 de agosto de 2019.**

---

**FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA

---

**JOSÉ CARLOS ARAÚJO**  
Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

---

**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**  
Conselheiro/Corregedor/TCMPA

---

**ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial/TCMPA

---

**SÉRGIO FRANCO DANTAS**  
Conselheiro Substituto/TCMPA